



**Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Centro de Recebimento e Tratamento de Manifestações**

DESPACHO

Nº do Processo: 009.00002087/2023-19

Assunto: Pedido de informação - Protocolo SIC.SP nº



SECRETARIA: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação - SCTI

EMENTA: Pedido de acesso aos dados da parceria firmada entre o Instituto Butantan e a Merck para o desenvolvimento da vacina contra a Dengue. Não conhecimento.

DECISÃO CGE CODUSP/LAI Nº 00349/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação - SCTI, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. A ausência de resposta do órgão motivou o presente apelo cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado de São Paulo, conforme atribuição prevista nos termos do artigo 27, incisos II e VII, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a sanar a supressão de instância o órgão informou que o assunto em questão não é de responsabilidade da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e orientou o requerente a formular um novo pedido dirigido à Secretaria da Saúde. Cientificado o cidadão não mais se manifestou.
4. Em análise do caso concreto, verifica-se que não houve negativa de acesso, uma vez que o órgão informou que não detém a informação requerida e indicou o órgão competente para realizar o atendimento

efetivo da demanda.

5. Desta forma, o presente recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo, portanto, de motivação e do pressuposto recursal da negativa de acesso, conforme previsto no artigo 20, caput, do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação alterada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, com alterações posteriores.
6. Assim, considerando que as orientações cabíveis foram prestadas e que não se trata de pretensão recursal amparada pela legislação, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175/2015, alterado pelo Decreto 66.850/2022.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 20 de outubro de 2023.

Valmir Gomes Dias

Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Serviço Público --
Coordenador



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias**, **Coordenador de Ouvidoria de Defesa do Usuário do Serviço Público**, em 20/10/2023, às 19:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site